



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

05/12/2013



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. COMEÇAR DE NOVO.....	1
1.2. DECISÕES.....	2
1.3. VARA DA MULHER.....	3
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DECISÕES.....	4 - 5
2.2. SEMANA DA CONCILIAÇÃO.....	6 - 7
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. VARA DA MULHER.....	8
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. CORREGEDOR.....	9
4.2. DECISÕES.....	10 - 14
4.3. PRESIDÊNCIA.....	15
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. SEMANA DA CONCILIAÇÃO.....	16 - 17
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. DECISÕES.....	18 - 19
6.2. PUBLICIDADE LEGAL.....	20
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. DECISÕES.....	21 - 23
7.2. PUBLICIDADE LEGAL.....	24 - 27
7.3. SEMANA DA CONCILIAÇÃO.....	28 - 29

PROGRAMA COMEÇAR

O Sistema Fiema, por meio Senai, o poder judiciário e o governo estadual firmaram um termo aditivo para garantir a continuidade de uma parceria para oferecer cursos de formação profissional aos apenados que cumprem pena em regime semi-aberto e aberto. O acordo é uma prorrogação dos serviços de formação profissional para o Programa Começar de Novo, é uma iniciativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), que conta com a parceria do Senai, da Defensoria Pública Estadual (DPE) e da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Prisional (Sejap). Segundo o desembargador José de Ribamar José Ribamar Froes Sobrinho, coordenador geral da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF), a capacitação de presos e egressos do sistema penitenciário reduziu o percentual de reincidência.



O desembargador Froes Sobrinho disse ao presidente da Fiema, Edilson Baldez das Neves que o Programa reduziu o índice de reincidência entre os egressos do sistema prisional

TITULO DE CIDADANIA

Em concorrida solenidade, a Câmara Municipal de São Luís, promoveu ontem, a entrega do Título de Cidadão Ludovicense ao Major Araújo, do 13º Batalhão da Polícia Militar do Maranhão. A autoria do projeto partiu do vereador Ricardo Diniz, que tem se destacado no seu primeiro mandato parlamentar pela sua postura e empenho na função de legislar. No próximo sábado, o vereador será agraciado com homenagem de destaque, no Almoço Solidário que a titular desta coluna estará promovendo no Grand São Luís hotel. Confira na foto de Paulo Caruá.



Vereador Ricardo Diniz, Pavão Filho e Rose Sales na foto oficial da entrega do título ao Major.



O diretor regional do Senai e superintendente do IEL, Marco Antonio Moura, assina termo aditivo prorrogando

ALICE ROCHA É ELEITA PARA A VAGA DE JUIZ DO TRE



O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão escolheu a titular da 5ª Vara Cível de São Luís, Alice de Sousa Rocha, para ocupar a vaga de membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), na categoria juiz de direito. A magistrada recebeu 12 votos dos 23 desembargadores presentes à sessão administrativa de ontem.

Alice Rocha ocupará a vaga aberta com o encerramento do biênio do juiz Luiz de França Belchior, ocorrido no último dia 1º. A eleição foi por voto secreto, conforme o artigo 8º, inciso XI do Regimento Interno do TJMA. O decano, desembargador Antonio Bayma Araujo, fez a contagem e anunciou o resultado da votação, que teve um voto nulo.

Em segundo lugar, com 10 votos, ficou a juíza auxiliar da Presidência do TJ, Maria Francisca de Galiza. Também manifestaram interesse na vaga os juizes Hélio de Araújo Carvalho Filho (auxiliar de entrância final) e Gilberto de Moura Lima (2ª Vara do Tribunal do Júri).

VARA DA MULHER: PALESTRAS E SHOW NA CAMPANHA LAÇO BRANCO



Caminhada, palestras e distribuição de laços marcam as atividades da Vara Especial de Combate à Violência Contra a Mulher do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha na "Campanha Laço Branco". O projeto visa o envolvimento de homens no combate a essa violência. Capitaneada pelo titular da vara, juiz Nelson Melo de Moraes Rêgo, a ação consta de 16 dias de atividades alusivas ao objetivo. O início da ação se deu no dia 25 de novembro, quando se comemora o Dia Internacional de Luta pelo fim da Violência contra a Mulher.

Assassinos de servidor da Educação pegam 52 anos

Depois de 15 anos, finalmente foram julgados os acusados da morte do superintendente administrativo da Secretaria de Estado da Educação, José Maria Chagas Barbosa. Os dois principais acusados foram condenados a uma pena total de 52 anos de prisão, em julgamento realizado pela 2ª Vara da Comarca de São Luís.

O mandante Ângelo dos Reis Calçado foi condenado a 28 anos de reclusão em regime fechado, o autor José Almir Silva Mendes (soldado da PM reformado) e o agenciador José Gonçalves de Oliveira (também sargento da PM reformado), conhecido como Zito, a 24 anos e seis meses. Este último poderá recorrer da decisão em liberdade.

Tanto Ângelo como José Almir estão foragidos. O juiz Gilberto de Moura Lima decretou a prisão preventiva dos dois.

José Maria Chagas Barbosa investigava e combatia esquemas de corrupção na Secretaria de Educação, que

desviavam combustíveis e materiais de expediente.

José Maria Chagas Barbosa foi morto aos 60 anos com cinco tiros, na noite do dia 17 de abril de 1998, na porta de casa, no bairro Renascença II.

Ele foi emboscado por um pistoleiro encapuzado, apontado como José Almir Silva Mendes. A vítima estava dentro de um carro da secretaria, quando foi alvejado com um tiro no abdômen, dois no pescoço e outros dois no rosto. Morreu a caminho do hospital.

Incomodado com as investigações feitas por José Maria Chagas Barbosa, Ângelo Calçado, então chefe do setor de transportes da Secretaria de Educação, contratou o agenciador, José Gonçalves de Oliveira, que, por sua vez, encomendou o assassinato a José Almir Silva Mendes.

Na sessão do Tribunal do Júri, o Ministério Público foi representado pelos promotores de justiça Carlos Henrique Vieira e Carlos Róstão Martins Freitas.

Alice Rocha é eleita para a vaga de juiz do TRE

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão escolheu a titular da 5ª Vara Cível de São Luís, Alice de Sousa Rocha, para ocupar a vaga de membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), na categoria juiz de direito. A magistrada recebeu 12 votos dos 23 desembargadores presentes à sessão administrativa de ontem (4).

Alice Rocha ocupará a vaga aberta com o encerramento do biênio do juiz Luiz de França Belchior, ocorrido no último dia 1º. A eleição foi por voto secreto, conforme o artigo 8º, inciso XI do Regimento Interno do TJMA. O decano, desembargador Antônio Bayma Araujo, fez a contagem e anunciou o resultado da votação, que teve um voto nulo.

Em segundo lugar, com 10 votos, ficou a juíza auxiliar da

Presidência do TJ, Maria Francisca de Galiza. Também manifestaram interesse na vaga os juizes Hélio de Araújo Carvalho Filho (auxiliar de entrância final) e Gilberto de Moura Lima (2ª Vara do Tribunal do Júri).

ELEIÇÃO - O presidente do TJ, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, comunicou ofício do presidente do TRE, desembargador José Bernardo Rodrigues, informando a abertura de duas vagas na Corte: uma para membro substituto, na categoria desembargador, em razão do encerramento do primeiro biênio do desembargador José Luiz Oliveira de Almeida, no próximo dia 15 de dezembro; e a segunda para membro efetivo, também na categoria desembargador, em razão do encerramento primeiro biênio do próprio presidente do TRE, no dia 19 de dezembro.

Justiça estadual alcança R\$ 1,2 mi em acordos em 2 dias

PÁGINA 3

Justiça estadual alcança R\$ 1,2 mi em acordos em 2 dias da Semana da Conciliação

No terceiro dia de atividades da Semana Nacional da Conciliação, ontem (4), a maioria das audiências das Varas Cíveis de São Luís e 100% das audiências do Centro de Conciliação de Conflitos no Fórum Des. Sarney Costa foram relativas a faculdades particulares da capital. De um lado a instituição de ensino cobrando débitos de alunos inadimplentes; do outro, demandados reclamando de cobranças indevidas.

O coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu, explica que muitos desses processos são para renegociação de dívidas. O magistrado lembrou que a conciliação é uma modalidade de resolução de conflitos que resulta da vontade das partes e considera a capacidade dos envolvidos no processo. Segundo ele, a principal vantagem é a celeridade.

"Considerando que no Judiciário em todo o país tramitam 92 milhões de processos, se conseguirmos 25% de acordo, significa 23 milhões de processos resolvidos", disse o juiz Alexandre Abreu. O magistrado também destacou que um dos objetivos da Semana da Conciliação é mostrar que

existem meios alternativos para resolver conflitos e que a conciliação é a melhor solução encontrada.

Nos dois primeiros dias da Semana da Conciliação (02 e 03), os juizados e varas da capital e do interior do Maranhão já realizaram mais de 30% das audiências agendadas para o evento que termina nesta sexta-feira (6). Conforme relatório do Tribunal de Justiça, nos dois dias houve quase quatro mil audiências nas unidades cíveis, com 905 acordos e R\$ 1,2 milhão em valores homologados. Também ocorreram 229 audiências de conciliação nas unidades criminais, além de 113 decisões criminais. No total foram atendidas 8.084 pessoas.

COBRANÇA INDEVIDA -

Demandado na Justiça para pagar dívida da filha com uma faculdade, a parte disse que a instituição cobrou, não ofereceu o curso, nem devolveu o dinheiro da matrícula. Durante a audiência na quarta-feira (4), no Centro de Conciliação de Conflitos do Fórum de São Luís, o demandado pediu a extinção do processo e o advogado da faculdade solicitou um prazo para verificar no banco de dados da empresa a situação da dívida. Uma nova audiência de conciliação foi marcada para o dia 18 deste mês.

Vara da Mulher promove palestras e show na Campanha Laço Branco

Caminhada, palestras e distribuição de laços marcam as atividades da Vara Especial de Combate à Violência Contra a Mulher do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha na "Campanha Laço Branco". O projeto visa o envolvimento de homens no combate a essa violência. Capitaneada pelo titular da vara, juiz Nelson Melo de Moraes Rêgo, a ação consta de 16 dias de atividades alusivas ao objetivo. O início da ação se deu no dia 25 de novembro, quando se comemora o Dia

Internacional de Luta pelo fim da Violência contra a Mulher.

Palestras - Dentro das atividades, membros da equipe da Vara da Mulher- assistente social, psicóloga, secretário e comissários de Justiça - intensificam o programa "Maria vai à Escola", da unidade, e ministram palestras em escolas da rede pública estadual e municipal para conscientizar alunos do 9º ano do ensino fundamental sobre o tema.

Segundo Nelson Rêgo, durante a campanha mais de 10 mil laços brancos simbolizan-

do a ação serão distribuídos entre integrantes da Polícia Militar, Polícia Civil, Centro de Formação de Oficiais, Guarda Municipal e Corpo de Bombeiros.

Show - O encerramento das atividades se dá com um show que acontece no próximo dia 10 - Dia Internacional dos Direitos Humanos - a partir das 19h30, no Teatro Municipal (antigo Cine Rox), quando sobre ao palco o cantor e compositor maranhense Josias Sobrinho.

Além de Sobrinho, o show

conta ainda com a participação de talentos do Judiciário, a exemplo da assistente social Jôse Abrantes, o motorista Marcos Garcês e o secretário Andrey Ferraz, todos integrantes da equipe da Vara da Mulher.

Laço Branco - A Campanha Laço Branco nasceu no Canadá, em 1991, numa iniciativa de homens que decidiram que tinham responsabilidade em persuadir outros homens a se manifestarem pelo fim da violência cometida contra as mulheres.

Formalizado o Comitê de Registros Imobiliários

Trabalho do grupo vai garantir a regularização fundiária em todo o estado do Maranhão

Em resposta a um requerimento formulado por dom Wilson Basso, bispo Diocesano de Caxias, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, formalizou a constituição do Comitê de Registros Imobiliários, com função consultiva e de planejamento para promover a regularização fundiária em todo o Maranhão.

O primeiro projeto de regularização fundiária a ser posto em prática será o da área pertencente à Diocese de Caxias,

denominada Nossa Senhora de Nazaré, entre a BR-316 e o Rio Itapecuru, com área superior a mil hectares. Em seguida, será priorizado o projeto de regularização fundiária na Comarca de Passagem Franca.

"Este é um dos projetos mais importantes da Corregedoria, pensado desde o início da gestão. Pesquisamos, participamos de eventos sobre o assunto e buscamos referência para aplicação do melhor modelo de trabalho para a regularização fundiária no estado. Será um belo trabalho", frisou Cleones Cunha.

O trabalho possibilitará a obtenção do título de domínio de imóveis pelos que já estão com

suas moradias edificadas na área, destacando as áreas não ocupadas, que devem ser regularizadas em nome da Diocese de Caxias.

"Para integrar o grupo de trabalho, convidamos juizes titulares de varas, que têm competência de registro público, e onde o problema de irregularidades de registro de terras é mais acentuado, como nos municípios da Ilha de São Luís, Raposa, São José de Ribamar e Paço do Lumiar, e nas comarcas de Caxias e Passagem Franca, onde a grande parte das terras é de propriedade da Diocese e estão ocupadas das mais diversas formas", explicou a juíza Alice Prazeres Rodrigues, que há meses trabalha no projeto.

'Guerra' entre Vila Fiquene e loteamento Alto das Brisas poderá ser interrompida

Audiência de mediação de conflito coletivo está marcada para o dia 10 deste mês, na sede da Secretaria de Regularização Fundiária, em Imperatriz

IMPERATRIZ - O conflito urbano que envolve moradores da Vila Zenira e o loteamento Alto das Brisas, alvo de disputas judiciais e muita confusão, poderá ser resolvido por meio de mediação coletiva, designada para o dia 10 deste mês, às 15h, na sede da Secretaria Municipal de Regularização Fundiária (Serf).

Segundo informações do secretário municipal de Regularização Fundiária, Daniel de Souza, a mediação pretendida foi requisitada, oficialmente, por Simonides Gutembergue Caetano, que representa o loteamento.

Na tarde da quarta-feira, 27 de novembro, o secretário deferiu o pleito, agendando audiência de mediação de conflito coletivo, tendo ainda requisitado, entre outras medidas, a suspensão temporária de todos os feitos judiciais envolvendo os litigantes da Vila Zenira e do Alto das Brisas.

A possibilidade de conciliação, pondo fim ao conflito urbano da Vila Zenira, vai depender de bom-senso, inteligência emocional e sensibilidade humana, segundo Daniel de Souza.

"Uma conciliação legítima, que se proponha a solucionar uma demanda dessa magnitude, não poderá ocorrer sem a efetiva transparência e sem o inevitável diálogo entre os interessados, os quais devem levar em consideração todos os aspectos que envolvem o litígio, qual seja a posse, a propriedade, a insegurança jurídica, a violência e a eventual anulação de transferência de registro de uma área que outrora foi do Município de Imperatriz. Ademais, soma-se o interesse coletivo e social que, a meu juízo, deve ser considerado de grande relevância. Estou confiante na solução", frisou o secre-



Divulgação

Moradores da Vila Fiquene estão em conflito com proprietários do loteamento Alto das Brisas

Mais

Dados ainda não oficiais, que serão averiguados pelo Departamento de Mapeamento e Zoneamento Urbano da Secretaria de Regularização Fundiária Urbana de Imperatriz, apontam que cerca de 30% do loteamento ainda encontra-se em poder da Construtora Gutembergue Caetano, com as demais áreas ocupadas ou litigadas em processos judiciais de manutenção de posse.

tário de Regularização Fundiária de Imperatriz.

Histórico - Há mais ou menos um ano e meio, instalou-se um conflito urbano na Vila Zenira protagonizado por posseiros e o dono do empreendimento imobiliário Alto das Brisas, cujo loteamento foi autorizado pelo Município de Imperatriz em 1991.

A disputa pela manutenção da posse, pelos moradores, e a retomada da posse, pela cons-

trutora Gutembergue Caetano, responsável pelo loteamento Alto das Brisas, se intensificou, ganhando repercussão no estado e nos tribunais.

Só nas Varas Cível e Fazendária de Imperatriz, tramitam 18 processos, dos quais 15 tiveram decisão liminar favorável aos moradores.

Além das ações individuais, há uma liminar em vigor, deferida pela Vara da Fazenda Pública, em sede de Ação de Posse Coletiva, proposta pelo Ministério Público e Defensoria do Estado, que reconhece, mesmo que provisoriamente, o direito de posse daqueles moradores.

Mais recentemente, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ), julgando o mérito de Apelação Cível interposta em mandado de segurança, decidiu que o Município de Imperatriz tem o direito de manter o embargo ao loteamento Alto das Brisas.

Segundo o TJ, a construtora não o implantou nos termos da legislação, que obriga, quando da execução de empreendimentos imobiliários do gênero, a constru-

ção de pavimentação, meio-fio, sarjeta, estação de tratamento e esgotamento sanitário e implantação de iluminação pública, além de espaços reservados a instrumentos públicos, tais como praças, espaços de convivência, postos de saúde, escola, etc.

Importância - Outro detalhe importante é que o Tribunal de Justiça do Maranhão, apreciando conflito de competência, reconheceu que os processos envolvendo posseiros e o Alto das Brisas deve correr ao encargo da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Imperatriz, tendo em vista que o Município, além de ter interesse, é parte na demanda, já que a área em questão lhe fora doada pela União na década de 1970.

Fora as demandas judiciais, tramita um processo administrativo na Secretaria de Regularização Fundiária Urbana de Imperatriz, que apura eventual ilegalidade na transferência do referido imóvel para terceiros sem o devido e indispensável processo de desafetação de bem público, como impõe a legislação.

Voto a voto

Foi apertada a disputa, ontem, no Tribunal de Justiça, para a vaga de juiz do TRE, entre as juízas Alice Rocha e Francisca Galiza.

Antes da votação, ninguém quis fazer prognóstico, porque o clima era de desfecho imprevisível.

No fim, Alice Rocha foi eleita por 12 votos, contra 10 de Francisca Galiza.

Condenados matadores de funcionário da Seduc

Os responsáveis pelo assassinato do superintendente administrativo da Secretaria de Estado da Educação, José Maria Chagas Barbosa, foram condenados pelo Tribunal do Júri da 2ª Vara da Comarca de São Luís, na terça-feira, 3. O crime foi cometido em 1998.

O mandante Ângelo dos Reis Calçado foi condenado a 28 anos de reclusão em regime fechado, o autor José Almir Silva Mendes (soldado da PM reformado) e o agenciador José Gonçalves de Oliveira (também sargento da PM reformado), conhecido como Zito, a 24 anos e seis meses. Este último poderá recorrer da decisão em liberdade. José Maria Chagas Barbosa investigava e combatia esquemas de corrupção na Secretaria de Educação, que desviavam combustíveis e materiais de expediente.

Na sessão do Tribunal do Júri, o Ministério Público foi representado pelos promotores de Justiça Carlos Henrique Vieira e Carlos Róstão Martins Freitas. Proferiu a sentença o juiz Gilberto de Moura Lima. Os condenados Ângelo dos Reis Calçado e José Almir Silva Mendes encontram-se foragidos.

Emboscada - José Maria Chagas Barbosa foi morto aos 60 anos com cinco tiros, na noite do dia 17 de abril de 1998, na porta de casa, no bairro Renascença II.

Ele foi emboscado por um pistoleiro encapuzado, apontado como José Almir Silva Mendes. A vítima estava dentro de um carro da secretaria, quando foi alvejado com um tiro no abdômen, dois no pescoço e outros dois no rosto.

Incomodado com as investigações feitas por José Maria Chagas Barbosa, Ângelo Calçado, então chefe do setor de transportes da Secretaria de Educação, contratou o agenciador, José Gonçalves de Oliveira, que, por sua vez, encomendou o assassinato a José Almir Silva Mendes.

"José Maria Chagas Barbosa foi um servidor exemplar, que combatia fraudes e irregularidades. É um exemplo a ser seguido", afirmou o promotor de Justiça Carlos Róstão Martins Freitas.

Alice Rocha é a nova integrante do TRE-MA

A magistrada Alice Rocha é a nova juíza do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA). Eleita pelo TJMA ontem, ela ocupará a vaga do juiz Luiz de França Belchior e tomará posse no dia 9 deste mês. **Política 3**

Biaman Prado



Tribunal de Justiça escolhe novo membro do TRE

A juíza Alice Rocha foi a mais votada e ocupará a cadeira que era de Luiz de França Belchior

Carla Lima
Da editoria de Política

O Tribunal de Justiça (TJ) escolheu ontem o novo membro do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) na categoria de juiz de direito. A magistrada Alice Rocha foi a mais votada entre os quatro concorrentes e ocupará a vaga do juiz Luiz de França Belchior, que concluiu seu biênio no fim de novembro.

Alice Rocha, que é da 5ª Vara Cível de São Luís, recebeu 12 votos dos 23 desembargadores presentes a sessão administrativa. A segunda colocada foi a juíza auxiliar da presidência, Maria de Galiza, que recebeu 10 votos. Os outros dois concorrentes foram Hélio de Araújo Filho, juiz auxiliar da entrância final, e Gilberto de Moura Lima, da 2ª Vara do Tribunal do Júri.

A posse de Alice Rocha deverá ocorrer na próxima semana, dia 9. Segundo ela, a Justiça Eleitoral será um novo desafio que ela pretende desempenhar com a mesma dedicação que trabalha na justiça estadual. "Vou me dedicar

Biaman Prado



Alice Rocha é a nova juíza do TRE

da mesma forma que me dedico ao meu trabalho na Justiça Estadual", disse.

Além dela, o TRE já tem um novo membro. No início desta semana, o juiz federal Clodomir Sebastião Reis foi empossado pela Justiça Eleitoral. Ele ocupa agora a cadeira que foi de Nelson Loureiro, que completou seu biênio domingo (1º).

Ainda serão definidos os juristas que também farão parte da Corte Eleitoral. Duas listas tríplexes foram formadas pelos desembargadores maranhenses em outubro. Essas relações foram encaminhadas para a Presidência da

Mais

Hoje o TRE empossará os juízes substitutos na categoria juristas - Daniel Blume e Eduardo José Leal Moreira. Eles faziam parte da listas tríplex eleita pela seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil desde a época em que foram escolhidos os juízes Sérgio Muniz e José Carlos Sousa Silva.

República, para escolha da presidente Dilma Rousseff.

Estão na disputa pelas vagas que serão abertas com as saídas de José Carlos Sousa Silva e Sérgio Muniz os advogados Eduardo José Leal Moreira, Carlos Roberto Feitosa, Adroaldo Silva, Daniel Leite, Daniel Blume e Riod Barbosa Ayoub.

Também na sessão de ontem, os desembargadores decidiram deixar para a sessão administrativa do dia 18 a eleição para a escolha do novo membro do TRE na categoria desembargador.

Por enquanto, explicitou a vontade de disputar a cadeira na Justiça Eleitoral o desembargador Antonio Guerreiro Júnior, que deixará a presidência do Tribunal de Justiça no próximo dia 20.

Para depois

Ao contrário do que fora ventilado na terça-feira, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, não submeteu seu nome ontem à Corte para a vaga de desembargador do TRE-MA.

Nos bastidores, correu que Guerreiro Júnior deixará a presidência do TJ no dia 17, para submeter-se à decisão do Pleno para a vaga no TRE-MA.

Ninguém duvida de que, mesmo havendo disputa, ele irá para o TRE-MA, onde haverá, aí sim, uma disputa para valer.

Página 12

ÚLTIMAS

Em dois dias, Justiça estadual alcança R\$ 1,2 mi em acordos

No terceiro dia de atividades da Semana Nacional da Conciliação, nesta quarta-feira (04), a maioria das audiências das Varas Cíveis de São Luís e 100% das audiências do Centro de Conciliação de Conflitos no Fórum Des.

Em dois dias, Justiça estadual alcança R\$ 1,2 mi em acordos

Entre segunda e terça ocorreram 229 audiências de conciliação nas unidades criminais, além de 113 decisões criminais. No total foram atendidas 8.084 pessoas



Em São Luís, maioria das reclamações incluem faculdades particulares

No terceiro dia de atividades da Semana Nacional da Conciliação, nesta quarta-feira (04), a maioria das audiências das Varas Cíveis de São Luís e 100% das audiências do Centro de Conciliação de Conflitos no Fórum Des. Sarney Costa foram relativas a faculdades particulares da capital. De um lado a instituição de ensino cobrando débitos de alunos inadimplentes; do outro, demandados reclamando de cobranças indevidas.

O coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu, ex-

plica que muitos desses processos são para renegociação de dívidas. O magistrado lembrou que a conciliação é uma modalidade de resolução de conflitos que resulta da vontade das partes e considera a capacidade dos envolvidos no processo. Segundo ele, a principal vantagem é a celeridade.

"Considerando que no Judiciário em todo o país tramitam 92 milhões de processos, se conseguirmos 25% de acordo, significa 23 milhões de processos resolvidos", disse o juiz Alexandre Abreu. O magistrado também desta-

cou que um dos objetivos da Semana da Conciliação é mostrar que existem meios alternativos para resolver conflitos e que a conciliação é a melhor solução encontrada.

Nos dois primeiros dias da Semana da Conciliação (02 e 03), os juizados e varas da capital e do interior do Maranhão já realizaram mais de 30% das audiências agendadas para o evento que termina nesta sexta-feira (06). Conforme relatório do Tribunal de Justiça, nos dois dias houve quase quatro mil audiências nas unidades cíveis, com 905 acor-

dos e R\$ 1,2 milhão em valores homologados. Também ocorreram 229 audiências de conciliação nas unidades criminais, além de 113 decisões criminais. No total foram atendidas 8.084 pessoas.

COBRANÇA INDEVIDA - Demandado na Justiça para pagar dívida da filha com uma faculdade, a parte disse que a instituição cobrou, não ofereceu o curso, nem devolveu o dinheiro da matrícula. Durante a audiência na quarta-feira (04), no Centro de Conciliação de Conflitos do Fórum de São Luís, o demandado pediu a extinção do processo e o advogado da faculdade solicitou um prazo para verificar no banco de dados da empresa a situação da dívida. Uma nova audiência de conciliação foi marcada para o dia 18 deste mês.

O juiz que responde pela da 1ª Vara Cível da capital, Hélio de Araújo Carvalho Filho, disse que as partes estão comparecendo às audiências da Semana de Conciliação, mas em muitos casos são resistentes às propostas de acordo. O magistrado afirmou que o demandado não se recusa a pagar, mas quer melhores condições de pagamento como maior prazo e um número maior de parcelas para quitar a dívida.

Na 1ª Vara Cível, durante esta semana, as audiências ocorrem simultaneamente em duas salas, onde atuam o juiz e a conciliadora Priscila Neiva. Entre os acordos firmados nesta quarta-feira (04) naquela unidade cível, consta uma empresa fabricante de eletrodomésticos que foi acionada na justiça por uma consumidora que comprou uma máquina de lavar roupas e recebeu o equipamento com defeito. Pelo acordo, a empresa devolverá o valor pago, além do pagamento de indenização.

JUDICIÁRIO

Corte eleitoral quase pronta

Com a escolha dos juízes, TJMA terá que definir apenas o nome do desembargador do TRE para completar o quadro jurídico de 2014
CLODOALDO CORRÊA

Falta apenas a escolha da vaga de desembargador do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão para fechar a corte eleitoral que comandará as eleições de 2014 no Maranhão. O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) escolheu ontem a juíza da 5ª Vara Cível de São Luís, Alice de Sousa Rocha, para a vaga do juiz Luís de França Belchior. A eleição foi feita ontem no pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão.

A previsão era para que somente fosse agendada a eleição na sessão de ontem. Mas os desembargadores acharam por bem realizar logo o pleito. A votação não foi fácil. Alice venceu com 12 votos dos 23 desembargadores presentes. De acordo com o artigo 8º, inciso XI do Regimento Interno do TJMA, a eleição foi secreta. O decano, desembargador Antônio Bayma Araújo, fez a contagem e anunciou o resultado da votação.

Alice venceu por dois votos a juíza auxiliar da Presidência do TJ, Maria Francisca de Galiza, que foi escolhida por 10

desembargadores. Um magistrado votou nulo. Participaram da eleição, mas não receberam votos os juízes Hélio de Araújo Carvalho Filho (auxiliar de entrância final) e Gilberto de Moura Lima (2ª Vara do Tribunal do Júri).

Vale lembrar que Alice foi à juíza deixou o caso do assassinato do jornalista Décio Sá. Ela foi removida a pedido da 1ª Vara do Tribunal do Júri para a 5ª Vara Cível da capital.

Agora, só falta a escolha da vaga de desembargador do TRE,

Uma já está preenchida pelo desembargador Froz Sobrinho. Está quase certo que o eleito será o atual presidente do Tribunal de Justiça, Guerreiro Júnior, que até o momento é o único candidato. Porém ele diz: "Sou candidato, mas temos que saber se os desembargadores vão votar. Estamos à disposição para ajudar na Justiça Eleitoral", afirmou.

O presidente do TJ comunicou ontem que recebeu ofício do presidente do

TRE, desembargador José Bernardo Rodrigues, informando a abertura das duas vagas de desembargador, sendo uma de substituto. A eleição foi marcada para o dia 19 deste mês, já que o biênio de José Bernardo encerra dia 19 de dezembro.

Guerreiro não pode ser candidato estando na presidência do Tribunal. Ele deverá renunciar à presidência dia 17 e a sessão para a escolha do novo membro do TRE no dia seguinte deverá ser presidida pela atual vice-presidente, Maria dos Remédios Buna.



Pleno do TJ define até o dia 17 o nome do desembargador a compor o TRE em 2014. Guerreiro Júnior é candidato único até o momento

>> Nova corte eleitoral

DESEMBARGADORES

Froz Sobrinho – candidato a presidente da corte eleitoral com o apoio do tio, o presidente do TCE, Edmar Cutrim. Froz assumiu no TER em fevereiro deste ano, assumindo a vice-presidência e a corregedoria. Froz entrou na magistratura na vaga para promotor. O desembargador é pós-graduado em Direito Processual Civil e Direito Ambiental. No âmbito do Ministério Público, foi membro do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural do Maranhão, entre os anos de 2005 e 2006.

???? – ainda falta uma vaga que deverá ser preenchida pelo atual presidente do Tribunal de Justiça, Guerreiro Júnior. A eleição está marcada para dia 18 e Guerreiro, por enquanto, é candidato único. Ele quer entrar na disputa para presidir a corte eleitoral.

JUIZ FEDERAL

Clodomir Sebastião Reis – venceu a eleição do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. O empossado substitui Nelson Loureiro dos Santos. A designação de Reis para atuar na Justiça Eleitoral maranhense se deu durante sessão realizada pelo TRF da 1ª Região no dia 27 de novembro de 2013. O juiz Clodomir é formado pela UFMA, especialista em Direito Penal e já foi Promotor de Justiça do Ministério Público do Maranhão. Pouco depois, ingressou na magistratura federal, sendo Juiz Federal

Substituto, na Subseção de Imperatriz, Marabá (PA) e São Luís.

JUIZES ESTADUAIS

Alice de Sousa Rocha – Já bateu na trave e foi membro substituto do TRE. Agora, assumirá como efetiva. Ganhou grande notoriedade recentemente por ter sido a primeira escolhida para o caso Décio Sá. Ela decretou a prisão dos nove envolvidos na execução do jornalista.

José Eulálio Figueiredo de Almeida – Titular do Juizado Especial do Trânsito, foi eleito em agosto deste ano. Doutorando pela Universidad Del Museo Social Argentino (Buenos Aires Argentina), membro da Academia Maranhense de Letras Jurídicas, especialista em Processo Civil pela UFPE e em Ciências Criminais pelo UNICEUMA.

ADVOGADOS (JURISTAS)

Daniel Blume – Formado pela Universidade Federal do Maranhão, foi o segundo mais votado na sua lista Tríplice. É procurador do Estado e professor da Escola Superior de Advocacia da OAB. Desde a formação da lista tríplice, seu nome sempre foi o mais cotado para assumir.

Eduardo José Leal Moreira – Outro apontado como favorito para a vaga desde a escolha da lista tríplice. Foi inclusive o mais votado entre todos os advogados no TJ e o único unânime. Também pela boa relação com o governo foi indicado. O escritório do advogado fica na Avenida Colares Moreira. Ele também já tinha batido na trave compondo a lista de substituto.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA CAPITAL
Avenida Prof. Carlos Cunha, s/n - Calhau - São Luís-Maranhão

Processo n.º 9497-65.2012.8.10.0001
Ação de EXECUÇÃO SENTENÇA ARBITRAL
Autor: SÓ FILTROS LTDA
Advogado: WAGNER TOBIAS LIMA FILHO (OABMA 6495)
Réu: BEZERRA E MEDEIROS LTDA

EDITAL DE CITAÇÃO
(Prazo de 30 dias)

O Excelentíssimo Senhor Doutor HELIO DE ARAUJO CARVALHO FILHO, Juiz de Direito, Auxiliar de Entrância Final, respondendo pela 3ª Vara Cível da Comarca de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, na forma da Lei, etc...

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que fica **CITADA** a parte requerida **BEZERRA E MEDEIROS LTDA**, na pessoa de seu representante legal, com endereço na Avenida São Luís Rei de França, Rua D, Quadra G, Lote 1267, nº 06 - Turu, nesta Capital, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que, caso queira, apresente Contestação no prazo de Lei, ficando advertido que, em não apresentando defesa, reputar-se-ão verdadeiros os fatos articulados pelo autor, nos termos dos artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil. E para que não possam alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente EDITAL, que será fixado no lugar de costume, em cumprimento ao despacho prolatado nos autos da Ação em epígrafe, a seguir transcrito: **DESPACHO: "Cite-se a parte requerida BEZERRA E MEDEIROS LTDA, por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, para no prazo de 15 (quinze) dias contestar o feito, com as advertências legais. São Luís (MA), 25 de outubro de 2013, Juíza ANA MARIA ALMEIDA VIEIRA, Auxiliar de Entrância Final respondendo pela 3ª Vara Cível", nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente Edital na Secretaria Judicial da 3ª Vara Cível de São Luís, Estado do Maranhão, aos 12 de novembro de 2013. Eu, Antonio José Aragão Soares, Técnico Judiciário, digitei.**


Juiz HELIO DE ARAUJO CARVALHO FILHO
Auxiliar de Entrância Final, respondendo

Exposição de fraqueza

O desembargador Jorge Rachid considerou a greve dos guardas municipais de Caxias ilegal. No despacho, o magistrado determina o imediato retorno ao trabalho e multa diária de R\$ 5 mil caso o sindicato da categoria descumpra a decisão judicial.

O posicionamento da Justiça em relação ao movimento paredista que já dura quase um mês teve o efeito de ducha fria nos barnabés amotinados. Embora a direção do Sigmac ameace seguir em frente com a greve, a ordem judicial deve interferir no ânimo dos manifestantes, pois agora o governo tem um instrumento jurídico nas mãos que fortalece sua posição de não negociação com a categoria... Além disso, qualquer ação grevista que dure mais que o esperado gera inevitavelmente uma situação de desconforto psicológico nos que dela participam, principalmente quando nenhum sinal é emitido pelo alvo a ser atingido, no caso a figura jurídica e política do prefeito Léo Coutinho (PSB).

De tudo, porém, é inequívoco o fato de a greve dos guardas municipais ter contado com a simpatia popular, o que se justificaria pela própria ausência de explicação à sociedade do gestor caxiense. O silêncio do Palácio da Cidade foi contraposto a uma forte atuação dos barnabés nas redes sociais e às passeatas ocorridas na cidade... O apoio e a solidariedade, ocultos ou não, ao movimento também foram disseminados ou por colegas servidores ou por simpatizantes de fora do serviço público.

A brecha

Traduzindo: se não houve vitória salarial da categoria, por outro lado, a ação paredista serviu para expor uma fraqueza governamental que mais cedo ou mais tarde deverá ser testada de novo... A brecha foi aberta...

Efeitos políticos

...Como essa fenda ou espaço vazio que os grevistas encontraram na administração já vinha latente, pulstando silenciosamente, os efeitos políticos da ação paredista continuarão a perseguir o governo até este resolver a questão salarial de todos os servidores...

Complexa

...O que é de verdade uma situação complexa, pois para contemplar ou satisfazer a todos só existe a opção imediata da demissão dos contratados, o que resultaria num vespeiro social de proporção política incalculável...

Risco

...Assim, como é impensável a possibilidade de Léo Coutinho assumir o risco político da demissão em massa, de muito maior proporção que o estabelecido pela insatisfação salarial a constante ameaça de reincidência da greve estará sempre por perto.

*Réus
envolvidos
na morte de
servidor da
Seduc são
condenados*

PÁGINA 12 [C1]

Réus envolvidos na morte de servidor da Seduc são condenados

Os responsáveis pelo assassinato do superintendente administrativo da Secretaria de Estado da Educação, José Maria Chagas Barbosa, foram condenados pelo Tribunal do Júri da 2ª Vara da Comarca de São Luís, na terça-feira (3). O crime foi cometido em 1998.

O mandante Ângelo dos Reis Calçado foi condenado a 28 anos de reclusão em regime fechado, o autor José Almir Silva Mendes (soldado da PM reformado) e o agenciador José Gonçalves de Oliveira (também sargento da PM reformado), conhecido como Zito, a 24 anos e seis meses. Este último poderá recorrer da decisão em liberdade.

José Maria Chagas Barbosa investigava e combatia esquemas de corrupção na Secretaria de Educação, que desviavam combustíveis e materiais de expediente.

Na sessão do Tribunal do Júri, o Ministério Público foi representado pelos promotores de Justiça Carlos Henrique Vieira e Carlos Rósto Martins Freitas. Proferiu a sentença o juiz Gilberto de Moura Lima. Os condenados Ângelo dos Reis Calçado e José Almir Silva Mendes encontram-se foragidos. O juiz decretou a prisão preventiva dos dois.

Emboscada – José Maria Chagas Barbosa foi morto aos 60 anos com cinco tiros, na noite do dia 17

de abril de 1998, na porta de casa, no Bairro Renascença II.

Ele foi emboscado por um pistoleiro encapuzado, apontado como José Almir Silva Mendes. A vítima estava dentro de um carro da secretaria, quando foi alvejado com um tiro no abdômen, dois no pescoço e outros dois no rosto. Morreu a caminho do hospital.

Esquema – Incomodado com as investigações feitas por José Maria Chagas Barbosa, Ângelo Calçado, então chefe do setor de transportes da Secretaria de Educação, contratou o agenciador, José Gonçalves de Oliveira, que, por sua vez, encomendou o assassinato a José Almir Silva Mendes.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2013
PROCESSO Nº 51.951/2013**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna pública que fará realizar sob a égide da Lei nº 10.520/02, Resolução nº 01/2004 TJ-MA, Decreto Estadual nº 24.629/08, e subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para **Contratação de empresa para prestação de serviços de terraplanagem de terreno e demolição das estruturas de concreto da obra de construção do Fórum da Comarca de Viana/MA**, às **09:00 horas (Horário Local)**, do dia **17/12/2013**, sendo presidido por Pregoeiro Oficial do TJ/MA, na Rua Viveiros de Castro, nº 257, Alemanha, São Luís-MA. O Pregoeiro informa que o Edital se encontra disponível na sala supracitada, podendo ser copiado mediante a entrega de mídia CD-R ou pen-drive gratuitamente.

São Luís/MA, 05 de dezembro de 2013.

RAULIFRAN DA SILVA COSTA
Pregoeiro Oficial do TJ/MA



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2013
Processo Administrativo nº 32202/2012**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna pública que o sob a égide da Lei nº. 10.520/02, Decreto Estadual nº. 26.645/10/05, Portaria 306/10-TJ/MA, e, subsidiariamente, das disposições da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar nº. 123/06 e Decreto Federal nº. 5.450/05, a **REABERTURA DE PRAZO** da licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, Tipo MENOR PREÇO, por LOTE, para Contratação de empresa especializada na prestação de serviço locação de impressoras e envelopadora digitais, novas, de primeiro uso em linha de produção, não podendo ser reconstituído, ou remanufaturado, com assistência técnica, toner, cilindro, e revelador, marcado para o dia 14/05/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília).**

Assim, a nova data para a abertura da sessão pública será no dia **19/12/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília)**, através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br.

O pregoeiro informa que, o edital com as devidas alterações encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 04 de dezembro de 2013.

**Raulifran da Silva Costa
Pregoeiro TJ/MA**



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUÍS-MA.
EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº 45982-98.2011.8.10.0001

DENOMINAÇÃO: Processo Cível e do Trabalho | Processo Cautelar | Arresto

DATA DO AJUIZAMENTO: 07/10/2011 10:15:28

PARTE(S) REQUERENTE(S): CARLINDA FRANCISCA LOPES CAMARÁ,
MARIA DA CONCEIÇÃO ROCHA DOS SANTOS E LUIZ GONZAGA
MONTEIRO DOS SANTOS

PARTE(S) REQUERIDA(S): CONSTRUTORA VASCONCELOS LTDA E
ATITUDE CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Alice de Sousa Rocha, Juiz(a) de Direito da 5ª
Vara Cível da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão.

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica(m) CITADO a(s) parte(s) requerida(s), CONSTRUTORA VASCONCELOS LTDA e ATITUDE CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 5 (cinco) dias, para contestar o pedido nos termos do art. 802 do CPC, sob pena de revelia e confissão. E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente EDITAL, que será fixado no lugar de costume, nos termos da petição inicial e despacho prolatado nos autos da Ação em epígrafe.

O que se CUMPRÁ nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de São Luís, Estado do Maranhão, aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze.

ALICE DE SOUSA ROCHA
Juíza de Direito Titular da 5ª Vara Cível



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUÍS-MA.
End: Avenida Carlos Cunha, s/n - Calhau
Cep : 65076-820 - São Luis - Ma
Fone : 98 31946493

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

PROCESSO N°. 51721-52.2011.8.10.0001 (521662011)

AÇÃO: Procedimento Ordinário

PARTE(S) REQUERENTE(S): ANA OTILIA MEIRELES TEIXEIRA

PARTE(S) REQUERIDA(S): IMOBILIÁRIA E COMERCIAL AMÉRICA LTDA.

A Excelentíssima Senhora Patrícia Marques Barbosa, Juíza de Direito Auxiliar resp.p/ 6ª Vara Cível da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão.

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica **CITADO** a parte requerida, **IMOBILIÁRIA E COMERCIAL AMÉRICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.260.079/0001-76, atualmente em lugar incerto e não sabido, para todos os termos da presente ação, e, para querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar a presente ação, sob pena de confesso e revelia, tudo nos termos da petição inicial, anexa por cópia e despacho prolatado nos autos da Ação em epígrafe, a seguir transcrito: **DESPACHO**: "Vistos, etc. Defiro o pedido formulado pela parte autora na petição de fls. 55. Cite-se a parte requerida por edital com prazo de 30 (trinta) dias, devendo o mesmo ser publicado na forma do art. 232, III do CPC." Caso não seja apresentada defesa, se presumirão aceitos pelo(a) requerido(a) como verdadeiros todos os fatos articulados pela requerente, "ex-vi" do art. 285 e 319 do Código de Processo Civil. E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente **EDITAL**, que será fixado no lugar de costume. E que seu prazo correrá da publicação assim que decorrerem os 15 (quinze) dias fixados, ficando assim perfeita e válida esta citação. O que se **CUMPR**a nos termos e na forma da Lei. Fica cientificado que esta Secretaria e Juízo funcionam na Avenida Carlos Cunha, s/n - Calhau - 6º andar, Cep : 65076-820 - São Luis - Ma, FONE.: 98.3194-5483/e-mail.: secctv6_sls@tjma.tus.br. Dado e passado o presente mandado nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, na Secretaria a meu cargo em 01 de novembro de 2013. Eu, _____ Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e subscrevo.


Patrícia Marques Barbosa

Juíza de Direito Auxiliar resp.p/ 6ª Vara Cível

SEMANA DA CONCILIAÇÃO

Justiça Estadual alcança R\$ 1,2 milhão em acordos em dois dias na capital e no interior

No terceiro dia de atividades da Semana Nacional da Conciliação, ontem (4), a maioria das audiências das Varas Cíveis de São Luís e 100% das audiências do Centro de Conciliação de Conflitos no Fórum Des.

Sarney Costa foram relativas a faculdades particulares da capital. De um lado a instituição de ensino cobrando débitos de alunos inadimplentes; do outro, demandados reclamando de cobranças indevidas. **PÁGINA 9 [C1]**

SEMANA DA CONCILIAÇÃO

Justiça estadual alcança R\$ 1,2 milhão em acordos em dois dias

No terceiro dia de atividades da Semana Nacional da Conciliação, ontem (4), a maioria das audiências das Varas Cíveis de São Luís e 100% das audiências do Centro de Conciliação de Conflitos no Fórum Des. Sarney Costa foram relativas a faculdades particulares da capital. De um lado a instituição de ensino cobrando débitos de alunos inadimplentes; do outro, demandados reclamando de cobranças indevidas.

O coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Ábreu, explica que muitos desses processos são para renegociação de dívidas. O magistrado lembrou que a conciliação é uma modalidade de resolução de conflitos que resulta da vontade das partes e considera a capacidade dos envolvidos no processo. Segundo ele, a principal vantagem é a celeridade.

“Considerando que no Judiciário em todo o país tramitam

92 milhões de processos, se conseguirmos 25% de acordo, significa 23 milhões de processos resolvidos”, disse o juiz Alexandre Ábreu. O magistrado também destacou que um dos objetivos da Semana da Conciliação é mostrar que existem meios alternativos para resolver conflitos e que a conciliação é a melhor solução encontrada.

Nos dois primeiros dias da Semana da Conciliação (2 e 3), os juizados e varas da capital e do interior do Maranhão já realizaram mais de 30% das audiências agendadas para o evento que termina nesta sexta-feira (6). Conforme relatório do Tribunal de Justiça, nos dois dias houve quase quatro mil audiências nas unidades cíveis, com 905 acordos e R\$ 1,2 milhão em valores homologados. Também ocorreram 229 audiências de conciliação nas unidades criminais, além de 113 decisões criminais. No total foram atendidas 8.084 pessoas.